



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Concurso Público para provimento de cargos de
Analista - Área Pericial
Especialidade Arqueologia

Caderno de Prova, Cargo 28, Tipo 001
000000000000000000
00001-001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A

Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos
Estudo de Caso

I N S T R U Ç Õ E S

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Fevereiro/2007

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Atenção: As questões de números 1 a 6 referem-se ao texto apresentado abaixo.

1. Os mitólogos costumam chamar de imagens de mundo certas estruturas simbólicas pelas quais, em todas as épocas, as diferentes sociedades humanas fundamentaram, tanto coletiva quanto individualmente, a experiência do existir. Ao longo da história, essas constelações de idéias foram geradas quer pelas tradições étnicas, locais, de cada povo, quer pelos grandes sistemas religiosos. No Ocidente, contudo, desde os últimos três séculos uma outra prática de pensamento veio se acrescentar a estes modos tradicionais na função de elaborar as bases de nossas experiências concretas de vida: a ciência. Com efeito, a partir da revolução científica do Renascimento as ciências naturais passaram a contribuir de modo cada vez mais decisivo para a formulação das categorias que a cultura ocidental empregará para compreender a realidade e agir sobre ela.

- Mas os saberes científicos têm uma característica inescapável: os enunciados que produzem são necessariamente provisórios, estão sempre sujeitos à superação e à renovação. Outros exercícios do espírito humano, como a cogitação filosófica, a inspiração poética ou a exaltação mística poderão talvez aspirar a pronunciar verdades últimas; as ciências só podem pretender formular verdades transitórias, sempre inacabadas. Ernesto Sábató assinala com precisão que todas as vezes que se pretendeu elevar um enunciado científico à condição de dogma, de verdade final e cabal, um pouco mais à frente a própria continuidade da aplicação do método científico invariavelmente acabou por demonstrar que tal dogma não passava senão... de um equívoco. Não há exemplo melhor deste tipo de superstição que o estatuto da noção de raça no nazismo.

(Luiz Alberto Oliveira. "Valores deslizantes: esboço de um ensaio sobre técnica e poder", In **O avesso da liberdade**. Adauto Novaes (Org). São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 191)

1. No primeiro parágrafo, o autor
- (A) fornece uma descrição objetiva do modo como, ao longo da história, germinam e se desenvolvem as *imagens do mundo*, expressão emprestada aos mitólogos.
 - (B) ratifica a idéia, construída ao longo da trajetória humana, de que o pensamento científico é a via mais eficaz para o conhecimento da realidade.
 - (C) atribui a idiosincrasias culturais as distintas representações daquilo que legitimaria as práticas humanas.
 - (D) defende que as sociedades humanas, apoiadas na religião ou em mitos variados, constroem imagens para autenticar a experiência individual perante a coletiva.
 - (E) expressa sua compreensão de que, fora do âmbito racional, não há base sólida que fundamente a vida dos seres humanos.

2. Ainda sobre o primeiro parágrafo, é correto afirmar :
- (A) O emprego da conjunção *contudo* (linha 8) evidencia que o autor considera os modos tradicionais de conceber o mundo incompatíveis com a ciência, que os substitui.
 - (B) Contém, implicitamente, a idéia de que a capacidade cognitiva é conquista do mundo ocidental, principalmente nos últimos trezentos anos.
 - (C) O emprego da expressão *Com efeito* (linhas 11 e 12) colabora para a consolidação da idéia de que a observação dos fenômenos naturais foi conquista do Renascimento.
 - (D) Sustenta a idéia de que, a partir do Renascimento, as ciências desenvolveram normas práticas para a conduta humana, com respeito a valores na esfera individual ou coletiva.
 - (E) A forma verbal *empregará* (linha 15) evidencia que o autor dá como fato consumado o prestígio da ciência, do Renascimento em diante, na constituição do modo ocidental de pensar e agir.

3. No parágrafo 2,
- (A) a conjunção *Mas* (linha 17) foi empregada não para eliminar o que foi dito anteriormente, e, sim, para introduzir uma contrapartida do objeto, fruto de distinta perspectiva de análise.
 - (B) constrói-se uma relativização das conquistas da ciência, sustentada na crítica de que ela se vale de procedimentos pouco objetivos na busca da verdade.
 - (C) constata-se o caráter incontrolável das experiências científicas, implicitamente atribuído às condições de descontinuidade em que se realizam.
 - (D) a expressão *necessariamente provisórios* (linhas 18 e 19) compõe uma advertência, dirigida a filósofos, poetas e místicos, que desconsideram a objetividade na produção do saber.
 - (E) incentiva-se a luta do ser para a constante superação de suas fragilidades pessoais, advindas de sua humana condição e permanente sujeição ao erro.

4. É correto afirmar:
- (A) Infere-se do texto que os distintos discursos – religioso, filosófico, artístico, científico –, quando formalizam, cada um a seu modo, os dogmas da humanidade, na verdade estão conscientemente burlando o espírito que orienta cada específica prática.
 - (B) O texto demonstra que superstições surgem nos mais diversos campos do conhecimento, e são elas que, através do tempo, configuram o estatuto do humano.
 - (C) O texto esclarece que é uma pretensão imprópria aspirar a conquistas que, duradouras, podem acabar por se constituir em meros passos de um trajeto insuperável.
 - (D) Seria coerente com as idéias expressas no texto o seguinte comentário, suscitado pelo exemplo dado: "O nazismo, por mais assustador que seja o fato, não foi isento de racionalidade".
 - (E) No texto exprime-se o entendimento de que é comum a várias práticas de pensamento, excluindo-se o mítico, defender que o espírito humano é capaz de atingir o saber pleno.

5. É correto afirmar que

- (A) a conjunção *quer*, repetida (linhas 6 e 7), estabelece uma comparação entre os termos aproximados, indicando a superioridade de um sobre o outro.
- (B) a forma verbal *têm* (linha 17) está em conformidade com as normas gramaticais, assim como a forma verbal destacada em “Embora eles não lhe dêm razão, ela sabe que está certa”.
- (C) o emprego do sinal gráfico indicativo da crase está correto em *sujeitos à superação* (linha 19), assim como está em “Chegaram à propor um acordo, mas não foram ouvidos”.
- (D) a transposição da frase *essas constelações de idéias foram geradas quer pelas tradições étnicas (...) quer pelos grandes sistemas religiosos* (linhas 5 a 7) para a voz ativa gera a forma verbal “costumam gerar”.
- (E) o emprego de *melhor*, em *Não há exemplo melhor* (linha 30), está em conformidade com as normas gramaticais, assim como o do segmento assinalado em “Foram os exemplos mais bem escolhidos”.

6. *Ernesto Sábato assinala com precisão que todas as vezes que se pretendeu elevar um enunciado científico à condição de dogma, de verdade final e cabal, um pouco mais à frente a própria continuidade da aplicação do método científico invariavelmente acabou por demonstrar que tal dogma não passava senão... de um equívoco.*

O adequado entendimento daquilo que assinala Ernesto Sábato está expresso, de forma clara e correta, em:

- (A) É perfeito o entendimento de dogma como verdade acabada, mas tem um desvio quando a ciência prova que o enunciado está ultrapassado, anulando o dogma equivocando, o que ocorreu em todas as vezes.
- (B) Sempre que se tentou eternizar uma formulação científica, a ciência, ela mesma, desautorizou a pretensão, quando, por seus próprios instrumentos, desvelou a imperfeição daquele saber.
- (C) Verdades finais e acabadas, verdadeiros dogmas, sempre existiram, mas, sendo do universo científico, a própria ciência se incumbiu de dar continuidade, tornando obsoleto o método.
- (D) Muitas vezes houve tentativa de construir dogmas, mas se revelou impossível, porque a ciência, desenvolvendo, provou mais para frente que o enunciado científico não tinha fundamento real.
- (E) É freqüente ver o que a continuidade faz, pois a ciência, responsável pelo método, mostra o erro dos dogmas que, antes precisos, acabam invariavelmente provocando equívocos, como universalmente demonstrado.

Atenção: As questões de números 7 a 15 referem-se ao texto apresentado abaixo.

1. Os vadios eram um grupo infrator caracterizado, antes de mais nada, por sua forma de vida. Era o fato de não fazerem nada, ou de nada fazerem de forma sistemática, que os tornava suspeitos ante a parte bem organizada da sociedade. Por não terem laços – a família, domicílio certo, vínculo empregatício –, constituíam um grupo fluido e indistinto, difícil de controlar e até mesmo de enquadrar. Passados os primeiros tempos dos descobertos auríferos, quando, como disse o jesuíta Antonil, os arraiais foram “móveis como os filhos de Israel no deserto”, a itinerância passou a ser cada vez mais tolerada. Em 1766 surge contra os vadios das Minas a primeira investida oficial de que se tem notícia: uma carta régia dirigida em 22 de julho ao governador Luís Diogo Lobo da Silva, e incisiva na condenação da itinerância de vadios e da forma peculiar de vida que escolhiam. Tais homens, dizia o documento, vivem separados do convívio da sociedade civil, enfiados nos sertões, em domicílios volantes, ou seja, sem residência fixa. Isto não podia ser tolerado, e deveriam passar a viver em povoações que tivessem mais de cinquenta casas e o aparelho administrativo de praxe nas vilas coloniais: juiz ordinário, vereadores etc. Uma vez estabelecidos, ser-lhes-iam distribuídas terras adjacentes ao povoado para que as cultivassem, e os que assim não procedessem seriam presos e tratados como salteadores de caminhos e inimigos comuns.

(Laura de Mello e Souza. “Tensões sociais em Minas na segunda metade do século XVIII”, In **Tempo e história**, org. Adauto Novaes. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal da Cultura, 1992. p. 358-359)

7. No texto, o autor

- (A) põe em foco um determinado estrato social, particularizando uma tentativa de disciplinamento oficial.
- (B) desenvolve considerações minuciosas a respeito do tema central de seu discurso: a carta de Luís Diogo Lobo da Silva.
- (C) narra um específico episódio ocorrido em Minas, tomado como exemplo do que se pode esperar da ação de grupo de infratores.
- (D) lança hipóteses sobre as causas de um determinado comportamento social, depois de caracterizá-lo a partir da teoria de pesquisadores, religiosos ou não.
- (E) toma os dados de pesquisa histórica como apoio para expressar e justificar o seu próprio juízo de valor acerca de infratores.

| | |
|--|--|
| <p>8. Considere as afirmações que seguem sobre a organização do texto.</p> <p>I. No processo de argumentação, o autor valeu-se de testemunho autorizado.</p> <p>II. A fala do jesuíta constitui argumento para a consolidação da idéia de que <i>a itinerância passou a ser cada vez mais tolerada</i>.</p> <p>III. A data de 1766 foi citada como comprovação explícita de que o rei era realmente signatário da carta.</p> <p>Está correto o que se afirma SOMENTE em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) II.</p> <p>(C) III.</p> <p>(D) I e II.</p> <p>(E) II e III.</p> | <p>12. Considerando as linhas 8 a 16, é correto afirmar:</p> <p>(A) Em <i>como disse o jesuíta</i>, como equivale a “mediante”.</p> <p>(B) Em <i>“móveis como os filhos de Israel no deserto”</i>, as aspas indicam que a frase deve ser entendida em sentido figurado.</p> <p>(C) O emprego da palavra <i>arraiais</i> contribui para a produção do sentido de “morada provisional” tratado no fragmento.</p> <p>(D) No segmento <i>a itinerância passou a ser cada vez mais tolerada</i>, a expressão <i>passou a ser</i> é a que exprime a idéia de progressão.</p> <p>(E) Os dois-pontos introduzem uma citação.</p> |
| <p>9. Observado o contexto, está corretamente entendida a seguinte expressão do texto:</p> <p>(A) <i>nada fazerem de forma sistemática</i> – nada produzirem de modo tecnicamente plausível.</p> <p>(B) <i>um grupo fluido e indistinto</i> – um conglomerado espontâneo e informal.</p> <p>(C) <i>difícil de controlar e até mesmo de enquadrar</i> – não passível de organizar e mesmo dominar.</p> <p>(D) <i>Passados os primeiros tempos dos descobertos auríferos</i> – esgotadas as primeiras jazidas de ouro.</p> <p>(E) <i>forma peculiar de vida que escolhiam</i> – singular maneira que se concediam de estar no mundo.</p> | <p>13. <i>Tais homens, dizia o documento, vivem separados do convívio da sociedade civil, enfiados nos sertões, em domicílios volantes, ou seja, sem residência fixa. Isto não podia ser tolerado, e deveriam passar a viver em povoações que tivessem mais de cinquenta casas e o aparelho administrativo de praxe nas vilas coloniais: juiz ordinário, vereadores etc.</i></p> <p>Observado o contexto, é correto afirmar que, no fragmento acima,</p> <p>(A) a expressão <i>sociedade civil</i> equivale a “conjunto de todos os membros que constituem o tecido social, unidos em torno de idéias, pactos e acordos, sem hegemonia nem exclusão de nenhum grupo”.</p> <p>(B) a voz do autor mistura-se à voz do remetente da carta, como o comprova o emprego, respectivamente, das formas verbais <i>podia</i> e <i>vivem</i>.</p> <p>(C) a expressão <i>ou seja</i> introduz uma explicação, obrigatória para a compreensão do documento, visto que <i>domicílios volantes</i> constitui uma incompatibilidade em termos, sem possibilidade de conciliação.</p> <p>(D) o emprego da expressão <i>de praxe</i> evidencia que, na carta, buscava-se neutralizar qualquer tom que pudesse ser entendido como intimidação.</p> <p>(E) a oração <i>deveriam passar a viver em povoações</i> expressa uma suposição.</p> |
| <p>10. <i>Em 1766 surge contra os vadios das Minas a primeira investida oficial <u>de que se tem notícia</u>.</i></p> <p>Considerado o contexto, uma outra redação para o segmento destacado acima, que está correta e que não prejudica o sentido original, é:</p> <p>(A) cuja existência se conhece.</p> <p>(B) da qual a notícia foi dada.</p> <p>(C) que a notícia foi veiculada.</p> <p>(D) na qual se tem o registro.</p> <p>(E) de que a notícia chegou até nós.</p> | <p>14. <i>Uma vez estabelecidos, ser-lhes-iam distribuídas terras adjacentes ao povoado para que as cultivassem, e os que assim não procedessem seriam presos e tratados como salteadores de caminhos e inimigos comuns.</i></p> <p>Sobre o que se tem no período acima transcrito, é correto afirmar:</p> <p>(A) A expressão <i>uma vez</i> comunica a mesma idéia que o segmento destacado exprime em “<u>Uma vez que</u> ele se curou, não precisa mais de cuidados médicos”.</p> <p>(B) O termo destacado em <i>os que assim não procedessem</i> refere-se à ação de optar por ser estabelecido.</p> <p>(C) A gramática prescreve que o vocábulo <i>adjacentes</i> seja assim separado em sílabas: “a - dja - cen - tes”.</p> <p>(D) Há um subentendido no fragmento: no século XVIII, os <i>vadios</i> recebiam tratamento diferenciado em relação a outros grupos considerados infratores.</p> <p>(E) Em <i>tratados como salteadores</i>, o termo destacado está empregado com o mesmo valor que se nota em “Como cheira bem a sua caldeirada!”.</p> |
| <p>11. Observadas as 8 linhas iniciais do texto, é correto afirmar:</p> <p>(A) A expressão <i>por sua forma de vida</i> constitui uma explicação.</p> <p>(B) No segmento <i>Era o fato de não fazerem nada, ou de nada fazerem de forma sistemática</i>, a conjunção <i>ou</i> introduz uma retificação do que se afirmou anteriormente.</p> <p>(C) Em <i>que os tornava suspeitos</i>, o deslocamento do pronome destacado para depois do verbo atenderia ao que a gramática aconselha como preferência.</p> <p>(D) A preposição <i>ante</i> equivale a “versus”.</p> <p>(E) Como em <i>fluido</i>, a grafia do particípio do verbo “imbuir” não admite o acento, estando, portanto, correta a forma “imbuido”.</p> | |

15. Uma vez estabelecidos, ser-lhes-iam distribuídas terras adjacentes ao povoado para que as cultivassem.

Uma outra redação para o segmento destacado acima, que, clara e correta, não prejudica o sentido original é:

- (A) sendo-lhes divididas as terras pertencentes ao povoado, poderiam cultivá-las.
- (B) com o objetivo de que tornassem produtivas, receberiam, entre eles, as terras próximo à vila.
- (C) eles seriam aquinhoados com áreas contíguas à vila, a fim de que as lavrassem.
- (D) compartilhariam entre si glebas em anexo ao povoado, de modo que beneficiassem.
- (E) salvo se lavrassem, receberiam por distribuição áreas incorporadas ao povoado.

16. A frase que está totalmente de acordo com o padrão culto é:

- (A) Vossa Senhoria, senhor Ministro, poderíeis me receber amanhã em audiência, para que lhe entregue pessoalmente meu projeto?
- (B) Ele é ambidestro, sabe até desenhar com ambas mãos, mas jamais quiz colocar sua habilidade em evidência.
- (C) Queria sair com nós três, não sei bem por quê; talvez haja assuntos sobre os quais ela queira nos colocar a par.
- (D) Essas pinturas são consideradas as maiores obras-de-artes do período, mas nada tem haver com a temática que você quer estudar.
- (E) Ela vivia dizendo “Eu mesmo desenho meu futuro”, mas essa era uma forma dela ocultar sua relação mau resolvida com os pais.

17. A frase que está pontuada de acordo com os preceitos da gramática é:

- (A) Mas é preciso ver nos textos, como o autor apresenta a relação de conciliação essencial entre a consciência cristã; e as práticas de eficácia temporal.
- (B) Pois bem: se ele não os induziu a responderem, o que desejava que fosse respondido; o que é que ele fez?
- (C) Basta então, que se conheçam as normas de organização social do período para que sejam compreendidas, em suas minúcias os atritos delas decorrentes.
- (D) As histórias relatadas nos seus romances iniciais – que se distinguem, sensivelmente, dos relatos mais recentes – são, na sua maioria, fruto da influência da cultura irlandesa.
- (E) A ação deles é, portanto, embora pouco divulgada, digna de reconhecimento, dos que os apoiaram nas mais diversas, circunstâncias.

18. A frase em que a forma destacada está apropriada às normas gramaticais é:

- (A) Congregou-os o mesmo sincero desejo de fazer algo relevante pela comunidade.
- (B) Quem disse que ele constroe toda essa argumentação sem apoio de advogados?
- (C) Isso não é pertinente com os fins a que você visa com seu projeto.
- (D) Eles enganam-se a si próprios, persuadidos que tudo está sendo feito em busca da paz.
- (E) Espero que ele medie a reunião com a isenção de espírito de que todos necessitamos.

19. A frase que está corretamente redigida é:

- (A) Naquele ambiente taciturno, é como se, a cada passo, descobrimos uma possibilidade longínqua de sair ilesos.
- (B) Acompanhei os noticiários, e, pelo o que está se vendo, muitos não chegarão onde desejam no horário previsto.
- (C) Aquele era o hotel onde costumava freqüentar durante o período que não conhecia problemas financeiros.
- (D) Os detalhes eram tão minuciosamente apresentados, que o leitor chega ter acesso até a informação de qual das mãos segurava a taça de champanhe.
- (E) A maneira como os bilhetes foram escritos não deixará dúvidas acerca do que deve ser feito, sob a responsabilidade seja de quem for.

20. A concordância está totalmente de acordo com a norma padrão da língua em:

- (A) Acredito que as orientações dele, porque parecem pouco claro, não terão de serem seguidas antes de um esclarecimento maior.
- (B) Considerou digna de ser encaminhada a julgamento dos avaliadores a última versão do projeto-piloto, pois, se podem existir fragilidades, elas certamente hão de ser mínimas.
- (C) Elas se consideraram responsável pelo erro e julgaram legítimo as cobranças que lhe serão feitas de agora em diante.
- (D) Dado as contingências do momento, os diretores houveram por bem atender aos prazos, e prometeram reavaliar, tanto quanto fossem, as demais exigências do contrato.
- (E) Devem fazer mais de três meses que não os vejo; tantos dias de afastamento poderia ser entendido como descaso, mas quero dizer que lhes dedico muito afeto.

Instruções: Para responder às questões de números 21 a 25 considere as informações abaixo.

OBJETIVO:

O Ministério Público do Governo Federal de um país deseja modernizar seu ambiente tecnológico de informática. Para tanto irá adquirir equipamentos de computação eletrônica avançados e redefinir seus sistemas de computação a fim de agilizar seus processos internos e também melhorar seu relacionamento com a sociedade.

REQUISITOS PARA ATENDER AO OBJETIVO:

(Antes de responder às questões, analise cuidadosamente os requisitos a seguir, considerando que estas especificações podem ser adequadas ou não).

§1º – Cadastros recebidos por intermédio de anexos de mensagens eletrônicas deverão ser gravados em arquivos locais e identificados por ordem de assunto, data de recebimento e emitente, para facilitar sua localização nos computadores.

§2º – Todos os documentos eletrônicos oficiais deverão ser identificados com o timbre federal do Ministério que será capturado de um documento em papel e convertido para imagem digital.

§3º – A intranet será usada para acesso de toda a sociedade aos dados ministeriais e às pesquisas por palavra-chave, bem como os diálogos eletrônicos serão feitos por ferramentas de chat.

§4º – Os documentos elaborados (digitados) no computador (textos) não podem conter erros de sintaxe ou ortográficos.

§5º – Todas as planilhas eletrônicas produzidas deverão ter as colunas de valores totalizadas de duas formas: total da coluna (somatório) e total acumulado linha a linha, quando o último valor acumulado deverá corresponder ao somatório da coluna que acumular. Exemplo:

| | A | B |
|-------|--------|-----------|
| 1 | do mês | acumulado |
| 2 | 3 | 3 |
| 3 | 18 | 21 |
| 4 | 4 | 25 |
| 5 | 2 | 27 |
| 6 | 27 | |

21. Considere os seguintes dispositivos:

- I. impressora multifuncional;
- II. pen drive;
- III. scanner;
- IV. impressora a laser.

Em relação à captura referenciada nos requisitos especificados no §2º, é INCORRETO o uso do que consta SOMENTE em

- (A) II.
- (B) IV.
- (C) I e III.
- (D) II e IV.
- (E) I, III e IV.

22. Para atender aos requisitos especificados no §1º é preciso saber usar ferramentas de

- (A) e-mail e que é possível organizar Pastas dentro de Pastas e Arquivos dentro de Pastas.
- (B) chat e que é possível organizar Pastas dentro de Pastas e Arquivos dentro de Arquivos.
- (C) browser e que é possível organizar Pastas dentro de Pastas, mas não Arquivos dentro de Pastas.
- (D) e-mail e que é possível organizar Pastas dentro de Arquivos e Arquivos dentro de Pastas.
- (E) busca e que é possível organizar Arquivos dentro de Pastas, mas não Pastas dentro de Pastas.

23. Considere os Quadros 1 e 2 abaixo e os requisitos especificados no §3º.

| Quadro 1 | |
|----------|------------|
| I | II |
| adequado | inadequado |

| Quadro 2 | | |
|----------|----------------------------|------|
| a | b | c |
| intranet | pesquisa por palavra chave | chat |

Quanto ao uso das especificações dos requisitos, a relação apresentada nos quadros é correta entre

- (A) I-a – I-b – II-c.
- (B) I-a – II-b – I-c.
- (C) II-a – I-b – II-c.
- (D) II-a – II-b – II-c.
- (E) II-a – II-b – I-c.

24. Considere os dados da planilha eletrônica exemplificada no §5º. Está correta a fórmula inserida em B3 e pronta para ser propagada para B4 e B5 se for igual a

- (A) =B3+A2.
- (B) =B\$2+A3.
- (C) =B2+A3.
- (D) =B2+A2.
- (E) =B2+A\$3.

25. Considerando o ambiente Microsoft, o requisito especificado no §4º quer dizer ao funcionário que, para auxiliá-lo na tarefa de verificação e correção, ele deve

- (A) usar a configuração de página do editor de textos.
- (B) acionar uma função específica do editor de textos.
- (C) usar a ferramenta de edição do organizador de arquivos.
- (D) usar a correção ortográfica do organizador de arquivos.
- (E) acionar a formatação de página do editor de textos.

| | |
|---|--|
| <p>26. O Procurador da República que ingressou no Ministério Público Federal no ano de 2002 poderá</p> <p>(A) exercer cargo ou função de direção nas entidades de ensino público.</p> <p>(B) receber custas processuais nas ações civis públicas.</p> <p>(C) exercer cumulativamente o cargo de Secretário de Estado.</p> <p>(D) participar de conselhos, comissões ou organismos estatais.</p> <p>(E) participar de sociedade comercial como quotista ou acionista.</p> | <p>29. De acordo com o disposto na Lei de Improbidade Administrativa, é correto afirmar que</p> <p>(A) o ato de improbidade administrativa que importe em enriquecimento ilícito pressupõe, necessariamente, a comprovação de efetivo dano econômico ao erário público.</p> <p>(B) o agente público que dolosamente auferir vantagem patrimonial indevida em razão do exercício do cargo responde de forma objetiva por ato de improbidade administrativa.</p> |
| <p>27. Nos termos da Lei Complementar nº 75/93, e com relação aos órgãos do Ministério Público Federal, observe as seguintes afirmações:</p> <p>I. O Colégio de Procuradores da República, presidido pelo Procurador-Geral da República, é integrado por todos os membros da carreira em atividade do Ministério Público Federal.</p> <p>II. O Corregedor-Geral será nomeado pelo Procurador-Geral da República, dentre os Subprocuradores-Gerais da República integrantes de lista triplíce elaborada pelo Conselho Superior, para mandato de dois anos, admitida uma recondução.</p> <p>III. O Conselho Superior do Ministério Público Federal, órgão de execução do Ministério Público Federal, será presidido pelo Subprocurador-Geral da República mais antigo.</p> <p>IV. Os Subprocuradores-Gerais da República atuarão junto ao Supremo Tribunal Federal por delegação do Procurador-Geral da República.</p> <p>Está correto o que se afirma SOMENTE em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) II e III.</p> <p>(C) III e IV.</p> <p>(D) I, II e IV.</p> <p>(E) I, III e IV.</p> | <p>(C) é irrelevante a aprovação das contas pelo Tribunal de Contas para a caracterização do ato de improbidade administrativa.</p> <p>(D) o funcionário público que, conduzindo veículo oficial, em atividade oficial, por imprudência, acabe gerando uma colisão com um particular, responde por ato de improbidade lesivo ao patrimônio público.</p> <p>(E) há a necessidade da ocorrência de qualquer vantagem por parte do agente que dolosamente gerar prejuízo concreto ao erário público.</p> |
| <p>28. Segundo o disposto na Lei nº 9.784/99, a decisão administrativa ilegal poderá ser impugnada por meio de recurso que</p> <p>(A) deverá ser interposto, salvo disposição legal em contrário, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.</p> <p>(B) será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias, o encaminhará à autoridade superior.</p> <p>(C) deverá ser decidido no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, a partir do recebimento dos autos pelo órgão competente.</p> <p>(D) terá, como regra, efeito suspensivo e dependerá de caução em dinheiro.</p> <p>(E) tramitará no máximo por duas instâncias administrativas, salvo disposição legal diversa.</p> | <p>30. Quanto à posse e ao exercício do cargo do servidor público civil da União, é correto que:</p> <p>(A) Ao tomar posse, em cargo de provimento efetivo ou em comissão, ficará sujeito a estágio probatório pelo prazo de 12 (doze) meses, computando-se eventual período de afastamento por motivo de doença.</p> <p>(B) Empossado em cargo público, deverá entrar em exercício no prazo de 30 (trinta) dias, contados da nomeação.</p> <p>(C) A posse ocorrerá no prazo de até 15 (quinze) dias contados do ato que o julgou apto física e mentalmente para o exercício do cargo.</p> <p>(D) O prazo para entrar em exercício é de 45 (quarenta e cinco) dias, contados da posse, no caso de função de confiança.</p> <p>(E) O servidor que deva ter exercício em outro Município, em razão de ter sido removido terá, no mínimo, 10 (dez) e, no máximo, 30 (trinta) dias de prazo contados da publicação do ato, para a retomada do efetivo desempenho das atribuições do cargo, incluído nesse prazo o tempo necessário para o deslocamento para a nova sede.</p> |

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. A arqueologia pode ser definida como

- (A) uma ciência social, com foco no estudo de objetos antigos.
- (B) uma ciência social, que estuda a cultura material sem limitações de caráter cronológico.
- (C) uma ciência histórica que, a partir de textos antigos, procura contextualizar os objetos recuperados nas escavações arqueológicas.
- (D) uma área de conhecimento interdisciplinar que procura interpretar a formação de lugares especiais conhecidos como sítios arqueológicos.
- (E) uma área de conhecimento interdisciplinar que se articula na convergência de métodos da antropologia, história e geografia.

32. Em relação ao seu objetivo de estudo, via de regra, a arqueologia pode ser organizada em dois grandes campos:

- (A) Arqueologia do Velho Mundo, que compartilha relações com a História e Arqueologia do Novo Mundo, que compartilha relações com a Antropologia.
- (B) Arqueologia do Velho Mundo, que compartilha relações com a História e a Geografia, e Arqueologia do Novo Mundo, que compartilha relações com a Antropologia e a História.
- (C) Arqueologia Clássica, que estuda as sociedades grega e romana, e Arqueologia Moderna, que estuda as sociedades posteriores.
- (D) Arqueologia Pré-Colonial, cujo foco são as populações indígenas americanas anteriores à invasão européia, e Arqueologia Histórica, que abrange as frentes de expansão das sociedades nacionais.
- (E) Arqueologia Pré-Histórica, cujo foco são as culturas ágrafas, e Arqueologia Histórica, cujo foco são as culturas que desenvolveram tradição literária.

33. Enfoques estratigráficos e sedimentológicos, estudos das relações homem/meio físico e formação do registro arqueológico são objetos do campo interdisciplinar da

- (A) etnoarqueologia.
- (B) etno-história.
- (C) geoarqueologia.
- (D) arqueologia da paisagem.
- (E) arqueometria.

34. *Escavação é a intervenção detalhada no registro arqueológico, que revela a distribuição tridimensional das estruturas na matriz original, permitindo o encaminhamento de análises das relações intra-sítio: núcleos de solo antropogênico são dissecados por decapagens; estratos arqueológicos são evidenciados horizontalmente em microestratigrafia; a estratificação de camadas é visualizada por meio de cortes. A melhor escavação se apoia em métodos complementares.*

Na seqüência lógica dos procedimentos invasivos de campo, a escavação vem após

- (A) o levantamento extensivo.
- (B) o reconhecimento de terreno.
- (C) o levantamento prospectivo.
- (D) a prospecção intensiva.
- (E) o georreferenciamento e o levantamento topográfico.

35. Na arqueologia de campo, são considerados procedimentos NÃO invasivos:

- (A) o georreferenciamento do registro arqueológico e o levantamento topográfico.
- (B) o nivelamento, a limpeza do terreno e algumas sondagens exploratórias.
- (C) a retificação de barrancos para transformá-los em perfis estratigráficos.
- (D) coletas comprobatórias de materiais arqueológicos, depositados na superfície do terreno.
- (E) sondagens e pequenas decapagens de 1 m².

36. *Sustentada nas relações entre a Arqueologia e a Geografia, trata, em princípio, da inclusão da práxis arqueológica em coordenadas espaciais. A propriedade de georreferenciar procedimentos, cenários e sistemas regionais de povoamento confere a ela estatuto ímpar: a competência para tratar de assuntos relacionados com o design da arqueologia em sua dimensão de planejamento, gestão e manejo do patrimônio arqueológico. Por outro lado, também pode ser entendida como a linha de pesquisa que estuda o processo de artificialização do meio ambiente, na perspectiva dos sistemas regionais de povoamento. Seu tema central é a reconstrução dos cenários das ocupações humanas, com foco na dispersão das populações pelo ecúmeno.*

Este conceito refere-se à

- (A) arqueologia ambiental, subcampo gerado na interface arqueologia / biociências, focado nas questões envolvendo o meio ambiente biótico.
- (B) arqueologia da paisagem, subcampo que converge para duas dimensões: a matriz ambiental natural e o ambiente modificado.
- (C) geoarqueologia, subcampo gerado na interface arqueologia / ciências da terra, focado nas questões envolvendo o meio ambiente físico.
- (D) arqueologia geográfica, subcampo que converge para o estudo das relações homem / meio conforme as teorias e modelos preconizados pela geografia.
- (E) perspectiva arqueológica da geografia histórica, por focar o paleopovoamento e dispersão humana pelos continentes por meio das evidências arqueológicas.

37. A partir dos anos 1990, com o recrudescimento das dimensões sociais da arqueologia, estimulado pelo World Archaeological Congress (Congresso Mundial de Arqueologia) em 1986, desponta e se consolida uma modalidade de arqueologia conhecida como Arqueologia

- (A) social.
- (B) sociocultural.
- (C) contextual.
- (D) pública.
- (E) cognitiva.

38. A arqueometria é um campo do conhecimento que lida com datações de materiais arqueológicos, dentre outros aspectos da relação entre a arqueologia e as ciências físico-químicas. Restos de fauna utilizados na alimentação das populações do passado podem ser datados por

- (A) luminescência opticamente estimulada.
- (B) termoluminescência.
- (C) determinação da taxa de decaimento radioativo do potássio.
- (D) determinação da taxa de decaimento do rubídio para o estrôncio.
- (E) radiocarbono.

39. Sobre as correntes teóricas da arqueologia pode-se afirmar que:

- I. O modelo histórico-cultural parte do pressuposto que a cultura é homogênea e que as tradições passam de geração para geração; seu principal expoente foi Bruce G. Trigger.
- II. A Arqueologia processual desponta nos anos 1960, com o lema *a arqueologia é antropologia ou não é nada*; um de seus grandes expoentes é Lewis Binford.
- III. A Arqueologia pós-processual introduziu a dimensão política neste campo de conhecimento; dentre seus expoentes se destacam Michael Shanks e Christopher Tilley.
- IV. Ian Hodder ressaltou que há uma dimensão simbólica na cultura que não pode ser ignorada pela Arqueologia; isto é um dos elementos do pós-processualismo.
- V. A Arqueologia social latino-americana é herdeira da vertente processual, bem aplicada à reconstrução das grandes civilizações pré-colombianas.

Estão corretas APENAS as afirmações

- (A) I e II.
- (B) I, II e III.
- (C) II, III e IV.
- (D) II, III e V.
- (E) IV e V.

40. A Arqueologia da Arquitetura é um campo interdisciplinar que lida com a edificação, identificando as amplas possibilidades de estudo do construído, no sentido lato. Dentre seus focos estão as questões sociais, a leitura de elementos arquitetônicos como indicadores do desenvolvimento técnico ou a compreensão da paisagem cultural em processo.

A partir desta idéia, considere os textos abaixo.

Nos últimos anos foram publicados trabalhos originais focalizando a Arquitetura, particularmente a arquitetura doméstica, na perspectiva arqueológica. Como consequência, nota-se um crescente corpo de literatura relativa ao assunto cultura e ambiente construído; esta área de investigação recai na rubrica do que pode ser denominado Arqueologia da Arquitetura.

(Steadman, 1996)

Os prédios são objetos sociais e, como tais, estão carregados de valores e sentidos próprios de cada sociedade. No entanto, não são um simples reflexo passivo desta, pelo contrário, são participantes ativos na formação das pessoas.

(Zarankin, 2002)

A Arqueologia da Arquitetura de Steadman e de Zarankin tem forte influência da

- (A) História.
- (B) Antropologia.
- (C) Ciência Política.
- (D) Geografia.
- (E) Etnologia.

41. A Arqueologia Brasileira, produto da influência inicial de pelo menos duas correntes de pensamento técnico-científico, consolidou-se em moldes acadêmicos no ano de

- (A) 1900, estimulada pelo capital gerado pela cafeicultura, que financiou equipes de pesquisa como a Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo.
- (B) 1920, sob forte influência do Movimento Modernista, que incentivou o nativismo entre as elites.
- (C) 1950, com o incremento da industrialização e do movimento ambientalista.
- (D) 1960, com a formação das primeiras lideranças e grupos de arqueologia acadêmica.
- (E) 1970, com a instauração dos primeiros programas de pós-graduação em arqueologia nas principais universidades brasileiras.

42. A influência estrangeira, principalmente norte-americana e francesa, foi marcante nas décadas de 1950 e 1960. Destacaram-se neste quadro, com presença efetiva:

- (A) Betty Meggers e Annette Laming-Emperaire.
- (B) Betty Meggers e André Leroy-Gourhan.
- (C) Clifford Evans e Joseph Emperaire.
- (D) Ian Hodder e Paul Rivet.
- (E) Anna C. Roosevelt e Jacques Tixier.

43. Embora relativamente recente em termos acadêmicos (ensino e pesquisa), os maiores museus brasileiros sempre tiveram ações voltadas ao colecionismo de materiais arqueológicos. Dentre esses museus, se destacam:
- (A) Museu Nacional, Museu Paulista e Museu de Arte de São Paulo (MASP).
- (B) Museu Nacional e Museu da República.
- (C) Museu Paulista, Museu Histórico Nacional e MASP.
- (D) Museu Paulista, Museu Paranaense e Museu Republicano Convenção de Itu.
- (E) Museu Nacional, Museu Paraense Emílio Goeldi e Museu Paranaense.
-
44. São arqueólogos brasileiros, pioneiros da primeira geração da arqueologia acadêmica no Brasil:
- (A) Herbert Baldus, Luciana Pallestrini e Pedro Ignacio Schmitz.
- (B) Egon Schaden, Castro Faria e Niède Guidon.
- (C) Luciana Pallestrini, Niède Guidon e Igor Chmyz.
- (D) José Loureiro Fernandes, Paulo Duarte e Harald Schultz.
- (E) Pedro Ignacio Schmitz, Guilherme Tiburtius e Gabriela Martin.
-
45. Considere as informações abaixo.
- Guardam importante acervo de arte rupestre e outros tipos de registros arqueológicos;
 - são tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) ou há o reconhecimento como patrimônio da humanidade;
 - em ambos os locais há importantes programas educacionais, de extroversão e de inclusão social;
 - embora estudados por arqueólogos da nova geração, há nomes importantes da arqueologia nacional definitivamente ligados a eles;
 - menos o primeiro e mais o segundo, padecem da carência dos recursos necessários para a sua manutenção.
- Esse conjunto de informações se refere
- (A) à ilha do Campeche, Santa Catarina (João Alfredo Rohr) e à serra da Capivara, Piauí (Niède Guidon).
- (B) à ilha do Campeche, Santa Catarina (Pedro Ignacio Schmitz) e à região de Lagoa Santa, Minas Gerais (Annette Laming-Emperaire).
- (C) aos tesos da ilha de Marajó, Pará (Betty Meggers) e à região de Serranópolis, Goiás (Pedro Ignacio Schmitz).
- (D) às regiões de Itapeva, São Paulo (Desidério Aytai) e à Lagoa Santa, Minas Gerais (Annette Laming-Emperaire).
- (E) ao Pantanal Sul-Matogrossense, Mato Grosso do Sul (Pedro Augusto Mentz Ribeiro) e à região de Goiás Velho (Igor Chmz).

46. “Na região do Paranapanema, perto do Estado de São Paulo, I. Chmyz observou dois tipos de indústrias nucleiformes: a fase Timburi compõe-se de cinco sítios de altos terraços que dominam o rio Paranapanema, de 50 até 150 metros. As concentrações de material ocupam uma área de mais de 200 metros de diâmetro e os vestígios elaborados com arenito metamorizado local incluem raspadores plano-convexos feitos sobre blocos com retoques invasores ou marginais, lascas espessas e grandes raspadores côncavos.” [...] “Em alguns sítios, como Camargo, a mesma indústria é observada em vários níveis estratigráficos e até nos níveis tupiguaranis ceramistas, sendo a única modificação o desaparecimento das pontas de projétil nas camadas médias e superiores.”

(Prous, A. **Arqueologia Brasileira**. Brasília, Ed. UnB, 1992)

Embora circunscrito a uma única região – a bacia do rio Paranapanema –, as idéias acima procuram harmonizar linhas de pensamento bastante diferentes, reinterpretando uma arqueologia originalmente produzida por arqueólogos da primeira geração, marcados por forte influência estrangeira.

Em relação a estas afirmações pode-se dizer que:

- I. Como nenhuma outra região, a bacia do Paranapanema representou a dualidade da influência estrangeira na Arqueologia Brasileira, entre os anos 1960 e 1970: na margem esquerda, a arqueologia foi construída segundo os cânones do casal Evans; na margem direita, de acordo com os preceitos do casal Emperaire.
- II. Pode-se vislumbrar um ponto de convergência entre as duas correntes: a abordagem das indústrias líticas sob a perspectiva da cadeia operatória.
- III. O jargão que inclui a expressão “fase” (como em *fase Timburi*) é próprio do Pronapa – Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas, idealizado pelo casal Evans; inicialmente criticado, acabou sendo adotado em ambas as margens do Paranapanema.
- IV. Embora o rastreamento de superfície preconizado pelo Pronapa tenha proporcionado a aquisição de muitos dados relacionados com a cerâmica de cultivadores indígenas, a perspectiva “etnográfica” de seus assentamentos foi dada pela influência francesa, com a adoção do *método etnográfico* de André Leroy-Gourhan.
- V. Um dos pontos de convergência é a complementaridade entre os respectivos enfoques pois, em que pese certo exagero, sua visão conjunta cobre as etapas de campo tradicionalmente reconhecidas: levantamento (extensivo), prospecção (amostral) e escavações (intensivas).

Estão corretas APENAS as afirmações:

- (A) II, III e V.
- (B) I, IV e V.
- (C) I e III.
- (D) III e IV.
- (E) II, III e IV.

| | |
|---|---|
| <p>47. Entre 1970 e 1980, a Arqueologia Brasileira foi alavancada por grandes projetos acadêmicos de cunho regional, cuja principal característica foi a produção dos primeiros trabalhos em nível de mestrado e doutorado. Todavia, a partir dos anos 1990, este cenário mudou drasticamente com o surgimento e a consolidação de uma nova modalidade de Arqueologia – Arqueologia de projeto, Arqueologia de contrato ou Arqueologia por contrato de prestação de serviços –, vinculada ao licenciamento ambiental. A respeito do novo cenário pode-se afirmar que</p> <p>(A) o surgimento e a consolidação da arqueologia por contrato de prestação de serviços equilibrou o cenário, mantendo as duas modalidades no mesmo patamar.</p> <p>(B) a arqueologia acadêmica retraiu nitidamente, fato percebido pela redução de programas de pós-graduação em arqueologia.</p> <p>(C) a arqueologia acadêmica, típica das universidades e institutos de pesquisa, mudou seus rumos, investindo maciçamente em contratos de prestação de serviços.</p> <p>(D) os investimentos da arqueologia por contrato de prestação de serviços resultaram na proliferação de relatórios técnicos, desacelerando e prejudicando a produção acadêmica.</p> <p>(E) a arqueologia por contrato de prestação de serviços responde hoje pela maioria das pesquisas de campo em Arqueologia Brasileira.</p> | <p>49. Os sambaquis estão entre os sítios mais característicos e completos no ambiente da Arqueologia Brasileira. Os maiores sambaquis do Brasil estão localizados em:</p> <p>(A) Santa Catarina.</p> <p>(B) São Paulo.</p> <p>(C) Pernambuco.</p> <p>(D) Rio de Janeiro.</p> <p>(E) Paraná.</p> |
| <p>48. No Brasil, a profissão de arqueólogo</p> <p>(A) é regulamentada, cabendo ao Conselho Federal de Arqueologia (CFA) e, respectivos, Conselhos Regionais de Arqueologia (CRAs) o estabelecimento dos critérios para o exercício profissional, inclusive o Código de Ética da Arqueologia.</p> <p>(B) é regulamentada, cabendo ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e à Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB) o estabelecimento dos critérios para o exercício profissional, inclusive o Código de Ética da Arqueologia.</p> <p>(C) não é regulamentada, cabendo ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), no caso do exercício profissional do arqueólogo como consultor ambiental, seu registro nos termos da Resolução 1, de 16 de março de 1988 (Cadastro Técnico Ambiental).</p> <p>(D) não é regulamentada, cabendo ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) dirimir quaisquer dúvidas com relação ao exercício profissional.</p> <p>(E) não é regulamentada, cabendo às universidades públicas qualificar e regulamentar profissionalmente os interessados por meio de títulos de mestrado e doutorado em arqueologia.</p> | <p>50. Dos estados brasileiros, alguns se destacam pela presença de importantes sítios abrigados com registros rupestres. São eles:</p> <p>(A) Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo.</p> <p>(B) Piauí, Minas Gerais, São Paulo e Goiás.</p> <p>(C) Piauí, Mato Grosso do Sul e Tocantins.</p> <p>(D) Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte e Paraíba.</p> <p>(E) Minas Gerais, Piauí e Goiás.</p> <p>51. O Decreto-Lei 25, de 30 de novembro de 1937, que <i>organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional</i>, foi editado no governo de Getúlio Vargas, sendo Ministro de Estado da Educação e Saúde Gustavo Capanema. Compatível com as idéias da época, explicita o <i>excepcional valor arqueológico</i> como atributo válido para caracterizar o patrimônio histórico e artístico nacional. Sua ênfase converge para</p> <p>(A) o conceito de patrimônio, estendendo seu significado às expressões da cultura popular.</p> <p>(B) as implicações jurídicas e os efeitos legais do tombamento.</p> <p>(C) o patrimônio edificado de caráter monumental e os sambaquis.</p> <p>(D) a distribuição das competências de proteção patrimonial entre os entes federativos.</p> <p>(E) a criação de órgãos de proteção patrimonial nos Estados e Municípios.</p> <p>52. A Lei Federal nº 3.924, de 26 de julho de 1961, que <i>dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos</i>, promulgada no governo de Jânio Quadros e conhecida como <i>Lei da Arqueologia</i>, foi inspiradas nas idéias preservacionistas focadas nos sambaquis da costa brasileira. Seu mentor foi</p> <p>(A) Paulo Duarte, da Universidade de São Paulo, fundador da Comissão de Pré-História.</p> <p>(B) Luís de Castro Faria, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, primeiro presidente da Associação Brasileira de Antropologia (ABA).</p> <p>(C) José Loureiro Fernandes, da Universidade Federal do Paraná, pioneiro das pesquisas entre os índios Xetá, juntamente com o fotógrafo Vladimir Kozák.</p> <p>(D) Egon Schaden, da Universidade de São Paulo, fundador da Revista de Antropologia.</p> <p>(E) Herbert Baldus, da Universidade de São Paulo, secretário do XXXI Congresso Internacional de Americanistas.</p> |

| | |
|--|---|
| <p>53. Dentre os preceitos da Lei Federal nº 3.924/1961, se destacam:</p> <p>I. As jazidas arqueológicas ou pré-históricas de qualquer natureza são consideradas, para todos os efeitos, bens patrimoniais da União, exceto no caso de sítios arqueológicos históricos.</p> <p>II. Instituições federais, estaduais e municipais poderão realizar pesquisas no interesse da Arqueologia e da Pré-História mediante autorização federal.</p> <p>III. O direito de realizar escavações arqueológicas por particulares, munidos de prova de idoneidade técnico-científica e financeira, mediante permissão federal.</p> <p>IV. O reconhecimento de que a propriedade da superfície, regida pelo direito comum, inclui as jazidas histórico-arqueológicas.</p> <p>V. A prévia comunicação ao IPHAN para a realização de escavações arqueológicas é prerrogativa das instituições federais, estaduais e municipais e das instituições particulares de ensino.</p> <p>Estão corretas APENAS as afirmações:</p> <p>(A) I e IV. (B) I, IV e V. (C) II e III. (D) II e IV. (E) III, IV e V.</p> | <p>55. Ao ser acolhido pela Carta da República de 1988, o estudo prévio de impacto ambiental passou a ter índole constitucional embora, ainda em 1981, a <i>Lei da Política Nacional do Meio Ambiente</i> o tivesse reconhecido como <i>instrumento</i> dessa política (art. 9º, III, Lei Federal nº 6.938/1981). O Decreto 99.274/1990, ao regulamentar esta lei, outorgou competência ao Conselho Nacional do Meio Ambiente para estabelecer a estrutura e os conteúdos do Estudo de Impacto Ambiental (EIA). A Resolução 1/1986, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), ao tratar do tema, mencionou o patrimônio cultural de valor arqueológico</p> <p>(A) como parte do diagnóstico ambiental do meio físico, já que estratos antropogênicos estão comumente inseridos no subsolo ou naufrágios com significância histórico-arqueológica jazem em ambiente aquático.</p> <p>(B) inserido no diagnóstico do meio socioeconômico, vislumbrando suas conexões com o uso e ocupação do solo e potencial utilização como recurso cultural, pela sociedade local.</p> <p>(C) na análise dos impactos ambientais do projeto, considerando que a existência de sítios arqueológicos pode inviabilizar o empreendimento.</p> <p>(D) na definição das medidas compensatórias, posto que não há como definir mitigação para o patrimônio arqueológico fatalmente destruído pela implantação do empreendimento.</p> <p>(E) no conteúdo relacionado com a elaboração e execução de programa de acompanhamento e monitoramento de impactos.</p> <p>56. A previsão de pena de reclusão (um a três anos) e multa para a destruição de bem especialmente protegido por lei, como os <i>sítios e locais de valor arqueológico</i>, é matéria tratada no ordenamento jurídico brasileiro</p> <p>(A) pelo Decreto-Lei 25, de 30 de novembro de 1937. (B) pela Lei Federal 3.924, de 26 de julho de 1961. (C) pela Lei Federal 7.347, de 24 de julho de 1985. (D) pela Constituição Federal de 1988. (E) pela Lei Federal 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.</p> |
| <p>54. A Constituição de 1988 não faz restrição a qualquer tipo de bem cultural, podendo ser eles materiais ou imateriais, individuais ou coletivos, móveis ou imóveis, naturais ou produtos da intervenção humana. O que importa é a existência do nexo vinculante com a identidade, ação ou a memória dos grupos formadores da sociedade nacional. Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico são mencionados</p> <p>(A) no artigo 20 do texto constitucional, sendo que a competência legislativa relacionada com a sua proteção é <i>privativa</i> da União, nos termos do artigo 22.</p> <p>(B) no artigo 20 do texto constitucional, sendo que a competência legislativa e material relacionadas com a sua proteção é <i>privativa</i> da União, nos termos do artigo 22.</p> <p>(C) no artigo 216 do texto constitucional, sendo que a competência legislativa e material relacionadas com a sua proteção é do tipo <i>comum</i> a todos os entes federativos, nos termos do artigo 23.</p> <p>(D) no artigo 216 do texto constitucional, sendo que a competência legislativa relacionada com a sua proteção é do tipo <i>concorrente</i>, nos termos do artigo 24, e <i>supletiva</i>, nos termos do artigo 30.</p> <p>(E) no artigo 225, sendo que a competência material relacionada com a sua proteção é do tipo <i>comum</i> a todos os entes federados, nos termos do artigo 23.</p> | <p>57. É dever do poder público, com a colaboração da comunidade, promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro – o que inclui o patrimônio arqueológico. Este preceito, dado no desdobramento do artigo 216 da Constituição Federal, ratifica a natureza de bem difuso (pertencente a todos) inerente ao patrimônio arqueológico. O fortalecimento desta tese encontra respaldo:</p> <p>I. Na forte vocação do bem cultural arqueológico como bem ambiental.</p> <p>II. Na necessidade de obtenção de permissão federal para o planejamento e execução de pesquisas arqueológicas, nos termos do regramento estabelecido pelo Ministério do Meio Ambiente.</p> <p>III. Na estratégia de distribuição das competências legislativas e materiais entre os entes federados, dada pela Constituição Federal de 1988.</p> <p>IV. Nas crescentes pressões do ente federativo local (Município), em considerando suas competências legislativa e material de caráter supletivo, dadas pela Constituição Federal de 1988.</p> <p>V. No significativo potencial de fruição do bem arqueológico (uso e gozo) pela sociedade, sem comprometimento de sua integridade.</p> <p>Estão corretas APENAS as afirmações</p> <p>(A) I, II e V. (B) III e IV. (C) I, IV e V. (D) I e V. (E) II e III.</p> |

58. A Portaria 230, de 17 de dezembro de 2002:

- Compatibiliza os estudos de arqueologia preventiva com as fases do licenciamento ambiental (caracterizadas na Resolução CONAMA 237, de 19 de dezembro de 1997), distribuindo seus procedimentos técnicos e conteúdos científicos.
- Discrimina o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) como estudo ambiental da fase de licença prévia.
- Acolhe no ordenamento jurídico o forte nexo interdisciplinar da arqueologia, definindo que, na avaliação dos impactos sobre o patrimônio arqueológico, será considerado diagnóstico elaborado por meio da interpretação de cartas ambientais temáticas, ainda na fase de licença prévia.
- Fixa a execução de projeto de prospecções intensivas de subsolo na fase de licença de instalação, de modo a aprimorar o diagnóstico estabelecido na fase anterior e estimar a quantidade de sítios existentes na área de influência do empreendimento.
- Frente à existência de sítios arqueológicos, determina os procedimentos de resgate arqueológico que, na sequência, prosseguem com estudos de laboratório e ações de educação patrimonial.

É correto afirmar que a Portaria 230/02

- (A) ao distribuir procedimentos técnicos pelas fases do licenciamento ambiental, recomendou o resgate de materiais arqueológicos na fase de licença prévia em área de elevado potencial arqueológico.
- (B) ao explicitar restritivamente o EIA/RIMA para a fase de licença prévia, permitiu que os Estados avoquem a competência legislativa concorrente, regulamentando o estudo de arqueologia preventiva na fase de licença prévia, na exigência de outro estudo, que não o EIA/RIMA.
- (C) exige levantamento prospectivo intensivo na fase de licença prévia, mesmo em áreas suficientemente conhecidas na perspectiva do patrimônio arqueológico.
- (D) desestimula prospecções amostrais, por não considerar a hierarquia de compartimentos ambientais em termos de potencial arqueológico, alegando que materiais arqueológicos, enquanto bens da União, devem ser exaustivamente resgatados, não importando o seu grau de significância.
- (E) em situações excepcionais dadas pelo elevado potencial arqueológico da área, sugere ações de educação patrimonial integradas à educação ambiental durante todas as fases de licenciamento do empreendimento.

59. Promulgada em 26 de julho de 1961, a Lei Federal nº 3.927, a Presidência da República não baixou a regulamentação *necessária à sua fiel execução* (cf. artigo 30). Embora tardiamente, o ato normativo veio do próprio órgão gestor do patrimônio, o IPHAN, por meio da edição da

- (A) Portaria 8, de 4 de setembro de 1986.
 (B) Portaria 7, de 1º de dezembro de 1988.
 (C) Portaria Interministerial 69, de 23 de janeiro de 1989.
 (D) Portaria 230, de 17 de dezembro de 2002.
 (E) Portaria 28, de 31 de janeiro de 2003.

60. A Portaria 28, editada pelo IPHAN em 31 de janeiro de 2003,

- (A) excluiu os reservatórios a fio d'água da obrigatoriedade de planejamento e execução de estudos de arqueologia preventiva, por ocasião da renovação da licença de operação.
- (B) regulamentou os procedimentos aplicáveis às instituições públicas da União, Estados e Municípios no processo de autorização para a pesquisa arqueológica.
- (C) revogou dispositivos da Portaria 7, de 1º de dezembro de 1988.
- (D) fixou critérios para o estudo de arqueologia preventiva na fase de licença prévia.
- (E) estabeleceu a estrutura do plano de trabalho a ser apresentado ao IPHAN, como um dos requisitos para a obtenção de permissão de pesquisa arqueológica.

ESTUDO DE CASO

Instruções: Para responder às questões de números 61 a 65 considere as informações a seguir.

Caso Proposto: licenciamento ambiental de projeto de aproveitamento hidrelétrico, com potência instalada prevista de 600 MW, com as seguintes características:

Características da Barragem

| | |
|----------------------------------|---------|
| comprimento do coroamento | 1.500 m |
| cota do coroamento | 339 m |
| altura máxima sobre as fundações | 60 m |

Condições de Montante

| | | |
|--|------------|--|
| nível máximo excepcional ou <i>maximum maximorum</i> | cota 336 m | área do reservatório 550 km ² |
| nível máximo normal | cota 334 m | área do reservatório 515 km ² |
| nível mínimo normal | cota 321 m | área do reservatório 260 km ² |

Características de Jusante

| | |
|--|------------|
| nível máximo excepcional ou <i>maximum maximorum</i> | cota 395 m |
| nível máximo normal | cota 285 m |
| nível mínimo normal | cota 283 m |

| | |
|--|---|
| <p>61. Sobre o estudo de arqueologia preventiva, parte do licenciamento ambiental, pode-se afirmar que</p> <p>(A) considerando que a região do empreendimento é arqueologicamente bem conhecida, o estudo de arqueologia preventiva é desnecessário, bastando a apresentação de um laudo técnico sustentado por relatório que demonstre esta situação.</p> <p>(B) o estudo de arqueologia preventiva deverá se restringir à fase de licença prévia, bastando a elaboração de um diagnóstico da arqueologia regional no EIA/RIMA.</p> <p>(C) é desnecessária previsão de estudo de arqueologia preventiva no termo de referência inicial, posto que a legislação obriga o comparecimento de salvamento arqueológico no processo.</p> <p>(D) o estudo de arqueologia preventiva deverá comparecer em todas as fases do licenciamento, independentemente do fato de a região ser arqueologicamente bem conhecida.</p> <p>(E) em função do caráter interdisciplinar da arqueologia, qualquer profissional habilitado nas disciplinas afins, integrante da equipe multidisciplinar, poderá fixar as diretrizes para os procedimentos de salvaguarda do patrimônio arqueológico.</p> | <p>63. Considere as condições de jusante, onde o deplecionamento da descarga flutuará entre 283 e 395 m</p> <p>I. Os estudos de arqueologia preventiva podem ser necessários até onde se fizerem presentes os efeitos erosivos do barramento, no sentido jusante, posto que este segmento é considerado área de influência indireta do empreendimento.</p> <p>II. É necessário incluir a execução dos procedimentos técnicos de rastreamento do subsolo em ambas as margens, consubstanciados em constelação de sondagens georreferenciadas.</p> <p>III. Convém monitoramento arqueológico sazonal pois, além de permitir o resgate de materiais eventualmente expostos, forneceria subsídios para a compreensão dos processos erosivos atuantes sobre estratos antropogênicos de valor arqueológico.</p> <p>IV. Quaisquer medidas de salvaguarda do patrimônio arqueológica teriam sentido acessório, pois o foco do estudo de arqueologia preventiva deve convergir para montante da barragem; como os efeitos das descargas a jusante são desprezíveis, bastaria o monitoramento arqueológico do trecho, por medida de precaução.</p> <p>V. Embora gerados pelo empreendimento, os episódios de jusante não são de responsabilidade do empreendedor; assim, quaisquer estudos de arqueologia preventiva neste segmento deverão ficar a cargo de universidades e instituições de pesquisa, na perspectiva essencialmente acadêmica.</p> <p>Os conteúdos que melhor contemplam as salvaguardas do patrimônio arqueológico eventualmente situado a jusante da barragem seriam, na seqüência:</p> <p>(A) I e II</p> <p>(B) I, II e V</p> <p>(C) II e III</p> <p>(D) III e IV</p> <p>(E) IV e V</p> |
| <p>62. Considerando as condições de montante, o foco principal do projeto de prospecções intensivas deverá convergir para os terrenos circunscritos pela linha de cota de</p> <p>(A) 321 m, considerando que a lâmina d'água estará neste nível na maior parte do tempo, conforme definido no EIA/RIMA.</p> <p>(B) 334 m, considerando que este é limite externo da faixa de depleção normal do reservatório.</p> <p>(C) 336 m, considerando que, por ocasião de cheias excepcionais, a lâmina d'água poderá alcançar este nível.</p> <p>(D) 336 m, que define a área diretamente afetada, somada a uma faixa de segurança de 30 m, estabelecida pelo Código Florestal.</p> <p>(E) 336 m, que define a área diretamente afetada, somada a uma faixa de segurança definida pelo EIA/RIMA, que acolherá as atividades previstas no plano diretor de uso múltiplo.</p> | |

64. Considerada a estrutura dos estudos multidisciplinares do licenciamento ambiental do empreendimento em epígrafe, os estudos de arqueologia preventiva deverão se distribuir conforme uma lógica que contemple os fundamentos metodológicos e técnicos da disciplina, os quesitos definidos no ordenamento jurídico legal e infra-legal, além da necessidade de compatibilizar as atividades técnico-científicas com a implantação do empreendido. Isto considerado, identifique a estratégia que melhor contempla o estudo de arqueologia preventiva necessário:

- (A) Termo de referência – planejamento do estudo de arqueologia preventiva – diagnóstico da arqueologia regional – avaliação de impactos sobre o patrimônio arqueológico – programa de mitigação de impactos sobre o patrimônio arqueológico – projeto de levantamento prospectivo intensivo – projeto de resgate e inclusão social do patrimônio arqueológico – consolidação da arqueoinformação e divulgação dos resultados.
- (B) Projeto de salvamento arqueológico – execução do salvamento arqueológico – estudo dos materiais arqueológicos – guarda dos materiais arqueológicos em museus regionais.
- (C) Diagnóstico da arqueologia regional – avaliação de impactos sobre o patrimônio arqueológico – programa de mitigação de impactos sobre o patrimônio arqueológico – projeto de levantamento prospectivo intensivo – projeto de resgate e inclusão social do patrimônio arqueológico – consolidação da arqueoinformação e divulgação dos resultados em mídia impressa e eletrônica.
- (D) Diagnóstico e programa de mitigação de impactos sobre o patrimônio arqueológico – levantamento, prospecção e escavações arqueológicas – análises de laboratório – elaboração de relatórios técnico-científicos para os depósitos legais.
- (E) Projeto de salvamento arqueológico – relatório de salvamento arqueológico (atividades de campo) – relatório de salvamento arqueológico (atividades de laboratório) – relatório das condições de guarda dos materiais arqueológicos resgatados.

65. Na primeira renovação da licença de operação, a ativação de nova etapa de estudos de arqueologia preventiva

- (A) seria justificada pelos princípios estabelecidos na portaria IPHAN 7/1988 e convergiria para a área de influência indireta do empreendimento.
- (B) seria justificada pelos princípios estabelecidos na portaria IPHAN 230/2002 e se distribuiria pelas áreas de influência definidas no EIA/RIMA, eventualmente redesenhadas no plano de uso múltiplo do reservatório.
- (C) não seria necessária, pois o estudo de arqueologia preventiva anteriormente executado deu plena quitação às salvaguardas relacionadas com o patrimônio arqueológico.
- (D) só se justificaria em função do potencial arqueológico da região e dos resultados obtidos no salvamento arqueológico executado por ocasião da implantação da obra.
- (E) seria justificada pelos princípios estabelecidos na portaria IPHAN 28/2003, com foco na faixa de depleção do reservatório.

Instruções: Para responder às questões de números 66 a 70, considere as informações a seguir.

Considere um projeto de restauro e requalificação de uso de sítio de valor histórico-arquitetônico, tombado pelos três níveis dos sistema federativo, integrado por edificação da virada dos séculos XIX e XX e seu entorno de ambientação. O projeto, liderado por arquiteto especialista em restauro de bens patrimoniais, contempla vários interesses e áreas de conhecimento que congregam vários especialistas.

66. A propósito do comparecimento da Arqueologia neste processo, pode-se afirmar que

- (A) é dispensável, posto que o sítio tem valor histórico-arquitetônico e isto não o qualifica como um sítio arqueológico.
- (B) fica a critério da coordenação do projeto que, examinando o local, pode definir se existe ou não interesse arqueológico.
- (C) o interesse arqueológico é imanente em qualquer sítio de valor histórico-arquitetônico.
- (D) embora haja interesse arqueológico, estudos de arqueologia só deverão ser planejados e executados se exigidos pelo IPHAN ou pelo Ministério Público.
- (E) é facultativo, pois sítios arqueológicos históricos não são objeto da Lei Federal n.º 3.924/1961.

67. Em comparecendo neste processo, a Arqueologia atua como

- (A) técnica auxiliar da História.
- (B) técnica auxiliar da História e da Arquitetura.
- (C) técnica independente, sendo seus relatórios colocados como anexos complementares.
- (D) uma das áreas de conhecimento integrante no complexo interdisciplinar que é o restauro de bens patrimoniais.
- (E) parte da História, entendendo-se que a arqueologia do período histórico é mais uma arqueografia interpretada pelos historiadores.

68. Definida a participação do arqueólogo no processo de restauro, ele atuará

- (A) em cotas positivas e negativas, com metodologia e técnicas arqueológicas.
- (B) em cotas positivas, acompanhando as intervenções arquitetônicas executadas na edificação.
- (C) em cotas negativas, resgatando materiais do subsolo.
- (D) em cotas negativas, resgatando materiais do subsolo e analisando as fundações da edificação.
- (E) no monitoramento arqueológico das intervenções arquitetônicas em cota zero.

69. Entendidas como “arqueologia da fonte direta”, as técnicas arqueológicas podem ser invasivas, quando desmontam as estruturas arqueológicas, e não invasivas ou pouco invasivas, quando não desarticulam as estruturas arqueológicas. No caso em tela, seriam viáveis as seguintes técnicas arqueológicas: limpeza do terreno e levantamento planialtimétrico; execução de sondagens, trincheiras e decapagens; levantamento métrico-arquitetônico; observações espontâneas, proporcionadas pelo desfolhamento da pintura, desprendimento do revestimento, fissura e trincas; prospecção parietal (sondagens na argamassa de revestimento, calas exploratórias na pintura).

Considerando essas técnicas, pode-se afirmar que:

- I. A limpeza do terreno e o levantamento planialtimétrico, técnicas essencialmente invasivas, aplicam-se à cota zero.
- II. O levantamento métrico-arquitetônico e as observações espontâneas são técnicas típicas de cota positiva e não invasivas.
- III. A prospecção parietal é uma técnica comum a historiadores, arquitetos e arqueólogos.
- IV. Sondagens, trincheiras e decapagens são técnicas típicas de ambiente de cota negativa.
- V. É da alçada do arqueólogo apenas a execução de sondagens, trincheiras e decapagens.

Estão corretas APENAS as afirmações

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e IV.
- (D) III e V.
- (E) IV e V.

70. Para investigar em cotas negativas, evidenciando e analisando estratos antropogênicos, a arqueologia buscou nas ciências da terra a *teoria da estratigrafia*. Para investigar cotas positivas, entendendo a edificação como documento arqueológico, a arqueologia investiu na releitura do conceito de estratigrafia, criando um mecanismo para a leitura e compreensão de suas transformações ditadas pelas mudanças de uso e ocupação.

Nesse caso, uma das possibilidades de leitura da edificação como documento arqueológico é focada na sua estratificação, dada como

- (A) a secção de suas paredes.
- (B) os cortes abrangendo o solo, as fundações, as paredes e a cobertura, inseridos em planta.
- (C) a visão conjunta da cota negativa e da cota positiva no local de inserção da edificação.
- (D) as adições e supressões de alvenaria, como o fechamento ou abertura de portas e janelas ou a construção de cômodos.
- (E) análise físico-química dos materiais empregados na construção.